

Não adoção da MP 936/20 – onde trata a redução de jornadas de trabalho/Salário e ou suspensão de trabalho para colaboradores do grupo de riscos.

Adoção da MP 927/20 – Antecipação de férias para colaboradores classificados no grupo de risco.

De modo geral, as operações não deixaram de ser realizadas, mesmo com os custos dos principais produtos como Materiais hospitalares e medicamentos utilizados diretamente no tratamento da Covid-19; houve aumentos significativos devido a especulação de mercado e a falta de MEDICAMENTOS, em 2.020 os custos desses medicamentos foram num valor total de R\$ 5.644.608,97, para 2.021 tivemos um custo na ordem de R\$ 12.294.984,85; e nos Materiais hospitalares em 2.020 teve um custo de R\$ 4.409.568,67 enquanto em 2.021 esse custo foi para R\$ 6.141.598,72, ocorrendo assim fator relevantes para a composição do déficit nas demonstrações financeiras do exercício de 2.021, esses aspectos negativos contribuíram com nossos déficit.

Administração da REDE segue atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, processo de vacinação e outras medidas de forma a deixar seus pacientes e colaboradores e o mercado Geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para as operações assistenciais da REDE.

20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos Superávits e Déficits, ocorridos.

Os Recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais

21 - ATENDIMENTO AO SUS

A Entidade manteve as seguintes taxas de ocupação, calculadas de acordo com a Portaria 834 de 26/04/2016 do Ministério da Saúde:

	2021	2020	
SUS	26.669 pacientes dias	77,81%	76,88%
Não Sus	7.605 pacientes dias	22,19%	23,12%
Total	34.274	100,00%	100,00%

Além da Entidade ter a taxa de ocupação acima do mínimo de 60% conforme estabelece o Artigo 7 da Portaria 834 de 26/04/2016 do Ministério da Saúde, usou da prerrogativa do Artigo 19 parágrafo 3º incluindo no atendimento ao SUS 10% do atendimento ambulatorial que foi de 77,81% e do artigo 20, incluindo também o percentual de 1,50% relativo à Atenção de Urgências e Emergências relacionada no Plano de Ação Regional, e 1,50% de percentual de Atenção Obstétrica e Neonatal. O atendimento total ao SUS é como segue:

	2021	2020
Percentual de Internações SUS	77,81%	76,88%
Percentual de Ambulatorial SUS 10%	10,00%	10,00%
Percentual de Atenção às Urgências/Emergências	1,50%	1,50%
Percentual de Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%	1,50%
	90,81%	89,88%

Em dezembro de 2021 foi sancionada a Lei Complementar 187 que revoga a Lei 12.101/09 com relação à obtenção e renovação do CEBAS. A administração está analisando as eventuais mudanças para adaptação às suas operações

22 - OUTROS CUSTOS

DESCRIÇÃO	2021	2020
Serviços Prestados - Medicos e Exames - PJ	34.067.327,82	25.586.466,42
Despesas com Energia Elétrica	1.577.231,91	1.042.751,84
Despesas com Telefones	189.428,22	70.077,55
Manutenção Maquinas e Equipamentos	973.887,35	988.564,24
Manutenção Reparos Predio e Instalações	670.356,38	98.806,17
Aluguéis e Arrendamento	2.763.462,72	2.763.462,72
Depreciações e Amortizações	1.942.730,40	1.685.142,56
Serviço de lavagem de Roupa	2.444.252,05	2.129.909,36
Glossas e Devoluções de...	1.003.030,49	718.240,89
Locações de Equipamentos	2.937.002,53	667.090,44
Esterealização de Equipamentos	14.432,71	11.184,58
Despesa com Residência Médica	15.245,55	44.061,71
Despesa com Água e Esgoto	571.309,02	222.542,79
Outros	578.266,69	1.911.625,29
Total	49.747.963,84	37.939.926,56

23- TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conselho de Administração	180	217,99	30.238,09	37.275,79
Diretoria	240	217,99	52.317,46	49.701,06
Conselho Fiscal	180	217,99	39.238,09	37.275,79
Total			130.793,64	124.252,64

24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros destinados a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e/ou taxa de juros, haja vista não possuir operações com essas características. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros apresentados nos Balanços Patrimoniais não difere substancialmente dos valores de mercado

25 - SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre os ativos.

26 - GESTÃO DE RISCOS

Considerações gerais e políticas
A Entidade possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Risco de liquidez

É o risco que a Entidade irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

27 - CONTRATO COM O SAS

A Entidade mantém um contrato com o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ através da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP para prestação de assistência a saúde dos servidores públicos civis, efetivos e militares, ativos, aposentados, da reserva remunerada, reformados e seus dependentes, bem como pensionistas do Estado do Paraná. A Entidade recebe um valor fixo mensal para o atendimento das vidas indicadas pela SEAP.

28 - SITUAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

As Demonstrações Contábeis apresentam uma deficiência de capital de giro, um déficit no resultado, e com isso também gerou um patrimônio negativo. Parte de devido ao impacto da pandemia conforme mencionado na Nota 19. A Administração vem tomando providências no sentido de aumentar as receitas e racionalizar os custos e despesas; além de tomar a iniciativa do fechamento das unidades que estavam gerando déficit, como o hospital de Mandaguapé - Pr., o ambulatório de atendimento clínico de Mandaguapé - PR. Como também a redução da disponibilização das UTIs Covids, aumentando a disponibilidades das ofertas para as Operadoras dos Planos de Saúde, e também à volta das cirurgias eletivas antes suspensas por decreto do Ministério da Saúde; além de os preços dos medicamentos e materiais hospitalares para o tratamento da Covid-19 voltaram aos patamares praticados no exercício de 2.020. Como também o sucesso da ação contida na Nota 17. A Administração considera que a continuidade dessas medidas promoverá a integral recuperação da situação econômico-financeira da Entidade.

Wellerson Régis Poiatt
Presidente

Primo Antonio Francischini
Contabilista CRC - PR 15.697/O-3



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE METROPOLITANA

Sarandi - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede de Assistência à Saúde Metropolitana (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede de Assistência à Saúde Metropolitana em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à Entidades sem Fins de Lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Situação Econômico-Financeira

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 28 que analisa a situação econômica e financeira da Entidade e expõe as medidas da administração para mitigar o risco de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022

TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL EIRELI:17812601000100
Assinado de forma digital por TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL EIRELI:17812601000100
Dados: 2022.04.12 11:09:29 -03'00'

TOZZI AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL - EIRELI
CRC - SP031903/O-8

José Alberto Tozzi

José Alberto Tozzi
CRC - 1SP119315/O-0
CNAI nº 379

RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ S.A.

CNPJ nº 02.191.601/0001-54 - NIRE 41300015651
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Pelo presente Edital, o Diretor Presidente da Rodovias Integradas do Paraná S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições constantes no Estatuto Social da Companhia, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2022, na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal, nº 3289, Zona 08, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.050-671, às 10:00 em primeira convocação e às 10:30 em segunda convocação, no mesmo dia e local, para, nos termos do artigo 132 da Lei 6.404/76, deliberar sobre a aprovação do relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial, do parecer dos auditores independentes e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, assim como acerca da aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Maringá, 21 de abril de 2022.
Guilherme Nogueira de Castro - Diretor Presidente.



EDITAL DE PROCLAMAS

PERÍODO: 22/04/2022 ATÉ 22/04/2022
PARA O JORNAL DO POVO

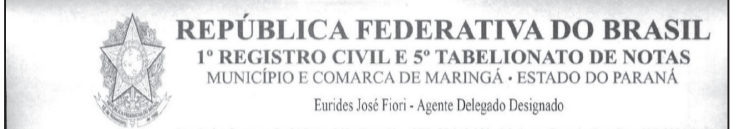
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:

THIAGO SANTOS DE OLIVEIRA e ANDRESSA DAYANE SABINO RAIS
SAULO FERNANDES FERRARI e LETÍCIA BOAVENTURA SÁ PONHOZI
GUILHERME VIZOTTO e KAROLAINY GABRIELY DE SOUZA
RONALDO ANDRADE VIEIRA e SILVIA ANDRÉIA FERNANDES DA SILVA

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias.

O referido é verdade e dou fé.
Maringá - PR, 25 de abril de 2022

Myrian Yasmin Rodrigues Hipolito de Carvalho
Escrevente-Juramentada



EDITAL DE PROCLAMAS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E 5º TABELIONATO DE NOTAS
MUNICÍPIO: MARINGÁ/PR
PERÍODO: 18/04/2022 ATÉ 25/04/2022
PARA O JORNAL DO POVO

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:

GUSTAVO FELIPE DE OLIVEIRA TOSTES e DÁPHNE RAIKOVITICH
LUCAS SPESSOTTO MANZATTO e BÁRBARA GRECCO DE LIMA
LUCAS ALEXANDRE MARTINS PAGANI e BIANCA DE ANDRADE RAVANELLI
MATEUS HENRIQUE DOS SANTOS e LUANA NUNES MENARINI
CELSO SPEHAR VELLANGA e IOLANDA DIAS
MARCOS FERNANDO ALVES e ROSINEIDE VILA MENDES
LUCAS MATEUS GALLI SILVA e LARISSA ANDRADE BELTRAME
MATEUS EDUARDO DA SILVA ZAPAROLI e ALESSIANE RIBEIRO DIAS
FELIPE SUAKI BRANDÃO e DEISY DE OLIVEIRA SILVA
AMILTON BERTAZO JUNIOR e PRISCILLA RUBIN SARI
GETULIO FAUSTINO DE BARROS e PAULA MARIA VIEIRA CRISTOVÃO
GUSTAVO COSTA SCARPINI e PALOMA CARVALHO ALVES
CARLOS GUSTAVO FERNANDES IWAZAKI e ANAMÉLIA TIZZIANI DUARTE
HELDER PALMA DOS SANTOS e CARLA KISVARDAI
ANDREI ANDRADE DOS SANTOS e KATHELEN LAGO SIQUEIRA
EFRAIM DE AQUINO SANTOS e MARIA EDUARDA MARTINS CAETANO
RENATO TUPAN RUY e SUSANA WILT
VINÍCIUS TAVARES SILVA e CAMILLA BARRELA LUIZ
ROGERIO GERALDINO e VALÉRIA CRISTINA DE SOUZA VALÉRIO

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias.

O referido é verdade e dou fé.
Maringá - PR, 25 de abril de 2022

Mariane Batista Teixeira
Escrevente Juramentada



Carlos Alberto Soares - MEI, estabelecido na cidade de Sarandi, na Avenida Cuiabá, 80b, Jardim Gralha Azul. CEP 87112-000, inscrito no CNPJ: 22.381.137/0001-76, comunica o extravio de alvará de 2019, tornando sem efeito o mesmo com essa publicação, Maringá 25 de Abril de 2022.



Agrinho repleto de novidades em 2022

Foi dada a largada para o concurso Agrinho 2022. Após dois anos de restrições impostas pelo novo coronavírus nas escolas - que acabaram por levar o programa educacional do Sistema FAEP/SENAR-PR para as telas do computador e do celular - o Agrinho retorna ao seu formato presencial com diversas novidades, novas modalidades e muitos prêmios.

Além do tradicional Concurso Agrinho, que há 27 anos premia as melhores iniciativas de alunos e professores das redes pública e privada, este ano teremos novas premiações como a Redação Paraná Nota 10, além de competições de Robótica e Programação. No total são mais de 1800 prêmios, entre celulares smartphones, tablets, notebooks, projetores multimídia e até automóveis.

Para o Concurso Agrinho no seu modelo tradicional, as inscrições vão de 1º a 31 de agosto e devem ser feitas no site do Sistema FAEP/SENAR-PR. Essa competição avalia desenhos e redações de alunos, Experiência Pedagógica dos professores, além e premiações para a Escola Agrinho, Município Agrinho e para o Núcleo Regional de Educação.

No caso do concurso Redação Paraná Nota 10, as inscrições vão de 26 de abril a 24 de junho e também devem ser feitas online. Os regulamentos de todas as modalidades dos concursos do Agrinho deste ano estarão à disposição a partir do dia 25 de abril no site: www.sistemafaep.org.br

www.sistemafaep.org.br

COMARCA DE MARIALVA ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS

Dr. Michel Abílio Nagib Neme
Oficial Registrador
CPF 171431839-20

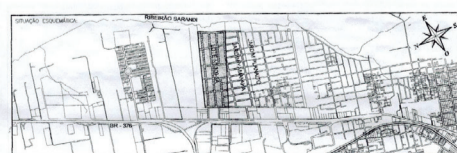
EDITAL

MICHEL ABÍLIO NAGIB NEME, Oficial Registrador da Comarca de Marialva, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

F A Z S A B E R aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que se acham depositados neste Ofício, sito à Rua Washington Luiz, nº 1.156, Salas 114/115, Centro Comercial Marialva, como determina o art. 19 da Lei 6.766 de 19.12.79, os documentos para o Registro do Loteamento denominado "JARDIM IMPÉRIO DO SOL", subdivisão do lote de terras sob nº 309-2/A, situado na Gleba RIBEIRÃO SARANDI, deste Município e Comarca, com a área de 169.378,65 m², de propriedade de WAKITA & WAKITA LTDA, CNPJ nº 18.902.792/0001-55 e MKW AGRPECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 18.902.926/0001-38, ambas com sede na Rua Neo Alves Martins, 2303, Apart. 3ª, Centro, na Cidade de Maringá-Pr, cuja documentação fica franqueada aos interessados de conformidade com a citada Lei - Nada mais - Eu Michel Abílio Nagib Neme, o digitei e assino.

O referido é verdade e dou fé
Marialva, 05 de abril de 2022

José Alberto Tozzi
Primo Antonio Francischini



SEPO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, CNPJ 11.766.213/0001-45 torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Bem-estar Animal do Município de Maringá, a Licença Ambiental Unificada para fabricação de artefatos para pesca e esporte e fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente, localizado na AVENIDA FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, 5761, CEP: 87047420, CI. RES. GUIAÍAPÓ, Maringá-PR, para a qual foi determinada a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos e apresentação de demais estudos ambientais.



VENDO ESTA CASA 90 MT COM SALA, COZINHA 2 QUARTOS (SUITE), 2 BANHEIROS, DISPENSINHA, LAVANDERIA, GARAGEM COBERTA, TERRENO INTEIRO 325MTS SUGESTIVO P/CONSTRUIR SALAS COMERCIAIS-SOBRADO. JD GRAJAU 350 MIL. CONTATO- 99942-6454 / 98839-2250.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7063-901B-67F3-0F9F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7063-901B-67F3-0F9F



Hash do Documento

FBA67D8757372AC105633F059DA76BD1BE72991F2DA85E9AE9B279353472C0D8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 26/04/2022 09:07 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

